

1993-2007 Portugal na União Europeia

Source: CVCE. João Ferreira do Amaral.

Copyright: (c) João Ferreira do Amaral

URL: http://www.cvce.eu/obj/1993_2007_portugal_na_uniao_europeia-pt-8e406085-0784-48c0-ba90-cbfaab96a55f.html

Last updated: 10/08/2016



1993-2007 Portugal na União Europeia

O período seguinte à ratificação do tratado da União Europeia fica marcado, em Portugal, pela política de convergência nominal seguida para permitir a adesão à moeda única em 1999 e pelas consequências da adopção do euro e do impacte da globalização e do alargamento da União sobre a economia portuguesa.

Tendo decidido fazer parte do primeiro grupo de países a formar a moeda única, Portugal seguiu uma política de convergência nominal que implicou a adesão, ainda em 1992, do escudo ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu e a sustentação da estabilidade (relativa) do escudo à custa, no início, de elevadas taxas de juro. Implicou também a redução do défice do sector público. A política de convergência teve êxito, permitindo a redução da inflação e, a partir de meados dos anos noventa, da taxa de juro e permitindo ainda que o défice do sector público não ultrapassasse 3% do PIB o que possibilitou a adesão à moeda única em 1999.

Porém, os efeitos sobre a economia portuguesa tiveram, também, uma componente fortemente negativa. De facto, a estabilidade do escudo, quando a inflação ainda era elevada, levou a um apreciação da taxa de câmbio real que impulsionou a produção de bens não transaccionáveis em detrimento dos transaccionáveis, tendo como consequência uma perda de peso nas exportações no PIB. Por outro lado, a baixa demasiado rápida da taxa de juro na segunda metade dos anos noventa levou a um aumento muito rápido do endividamento das famílias que se tornaram das mais endividadas da zona euro. Estes efeitos negativos, a que há a juntar uma estrutura produtiva muito assente ainda em mão de obra pouco qualificada, levaram a que a economia portuguesa reagisse mal ao embate da globalização e do alargamento da União, perdendo quotas de mercado e registando uma preocupante situação de endividamento em relação ao exterior. Deixou também de ser um destino atractivo para o investimento estrangeiro após a realização do grande investimento da Auto-Europa em meados dos anos noventa. Em alguns anos mais recentes, o saldo do investimento estrangeiro realizado em Portugal e do investimento português realizado no estrangeiro foi, inclusivamente, negativo.

A primeira década do novo século, reflectindo estas dificuldades, foi de crescimento muito baixo registando um aumento muito rápido do desemprego e uma divergência acentuada com os restantes estados da União .

As dificuldades das finanças públicas também foram notórias na primeira metade da década, embora um programa firme de redução do défice a partir da entrada em funções do governo Sócrates em 2005 tenha permitido repor o défice do sector público abaixo dos 3% do PIB.